Capítulo 01

Estratégias de Ensino para Trabalhar com Alunos com Deficiência: Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva

Teaching Strategies for Working With Students With Disabilities: Pedagogical Practices From the Perspective of Inclusive Education

Edenilda Gomes Junior

Universidad de la Integración de las Américas.

Alderlan Souza Cabral

Orientador Dr. https://lattes.cnpq.br/8583035818373126

Resumo: Este artigo é uma descrição resumida que dá ênfase ao segundo objetivo específico de uma dissertação de mestrado, desenvolvida como requisito para reconhecimento de títulos que traz como temática "Estratégias de ensino para trabalhar com alunos com deficiência: práticas pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva". A educação inclusiva constitui um importante princípio para a garantia do direito à educação dos estudantes com deficiência, exigindo da escola e dos professores a adoção de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente no ambiente educacional. Este artigo tem como objetivo analisar estratégias de ensino utilizadas no trabalho pedagógico com alunos com deficiência, considerando sua contribuição para a participação, a aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia e a inclusão escolar. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentado em produções científicas e documentos legais relacionados à Educação Especial e à Educação Inclusiva. Os estudos analisados indicam que a inclusão não se concretiza apenas pela matrícula do estudante na escola regular, sendo necessário eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais, físicas e atitudinais que possam limitar sua participação. Nesse contexto, o professor exerce papel fundamental como mediador da aprendizagem, devendo planejar práticas diversificadas e considerar as potencialidades e necessidades individuais dos estudantes.

Palavras-chave: educação inclusiva; alunos com deficiência; estratégias de ensino; práticas pedagógicas; aprendizagem.

Abstract: This study provides a summary focusing on the second specific objective of a master's thesis—developed to meet degree recognition requirements—centered on the theme "Teaching strategies for working with students with disabilities: pedagogical practices from the perspective of inclusive education." Inclusive education is a key principle in guaranteeing the right to education for students with disabilities, requiring schools and teachers to adopt pedagogical practices capable of addressing the diversity found within the educational environment. This article aims to analyze teaching strategies used in pedagogical work with students with disabilities, considering their contribution to participation, learning, the development of autonomy, and school inclusion. It is a qualitative, bibliographic study grounded in scientific literature and legal documents related to Special Education and Inclusive Education. The studies analyzed indicate that inclusion is not achieved merely by enrolling a student in a regular school; it is necessary to eliminate pedagogical, communication, physical, and attitudinal barriers that may limit their participation. In this context, the teacher plays

DOI: 10.47573/aya.6228.3.60.1

a fundamental role as a learning mediator, requiring the planning of diverse practices and consideration of the students' individual potential and needs.

Keywords: inclusive education; students with disabilities; teaching strategies; pedagogical practices; learning.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um princípio essencial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, pois afirma que a educação é um direito universal, independentemente das características físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais dos indivíduos. No ambiente escolar, esse princípio envolve garantir não apenas que os alunos com deficiência tenham acesso à escola convencional, mas também que encontrem condições adequadas para se manter, participar, aprender e se desenvolver. Assim, elaborar estratégias de ensino voltadas para estudantes com deficiência é uma necessidade crucial para criar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão de todos no processo de aprendizagem.

A inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares tem gerado transformações relevantes na forma como as práticas educativas são organizadas. O método tradicional de ensino, que geralmente se baseia na suposição de que todos os alunos aprendem de forma idêntica e no mesmo tempo, revela-se insuficiente quando confrontado com a diversidade presente nas salas de aula. Assim, a educação inclusiva requer que o docente implemente variadas abordagens metodológicas, empregando recursos, estratégias e modos de avaliação que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito universal e garante condições igualitárias para acesso e continuidade na escola (Brasil, 1988). Esse conceito é apoiado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que garante atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, preferencialmente dentro da rede regular de ensino (Brasil, 1996). Assim, a legislação brasileira fundamenta uma abordagem educacional que considera as necessidades específicas dos alunos e incentiva sua integração no ambiente escolar. Objetivo geral: analisar estratégias de ensino utilizadas no trabalho pedagógico com alunos com deficiência, considerando sua contribuição para a participação, a aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia e a inclusão escolar.

Essa perspectiva possibilita entender que os desafios que os estudantes com deficiências enfrentam não são sempre vinculados apenas às suas particularidades. Frequentemente, as dificuldades podem estar enraizadas na estrutura da instituição de ensino, nas abordagens pedagógicas adotadas, nos recursos didáticos, nas práticas de avaliação ou nas posturas dos educadores. Sassaki (2009) aponta que a inclusão requer a superação de diversas barreiras e a criação de uma sociedade que assegure a participação equitativa das pessoas com deficiência.

Diante desse cenário, é essencial que as abordagens educacionais sejam elaboradas com intenção. O emprego de recursos tangíveis, ilustrações, ferramentas tecnológicas, jogos educativos, exercícios práticos, tecnologias de apoio, métodos de comunicação alternativos, Libras, Braille e várias modalidades de avaliação pode aumentar as oportunidades de aprendizado. No entanto, não há uma única abordagem que possa satisfazer as necessidades de todos os estudantes com deficiência. Cada indivíduo traz consigo características, experiências, habilidades e demandas únicas, o que requer do educador uma atuação atenta, cuidadosa e adaptável.

A adoção de diferentes metodologias pode promover a independência dos estudantes. Freire (1996) entende que a educação deve ser uma atividade que respeita os conhecimentos e a autonomia dos alunos. Apesar de sua análise não se limitar à educação especial, seus fundamentos ajudam a desenvolver uma abordagem pedagógica inclusiva, em que o aluno é visto como um agente ativo na aprendizagem. Portanto, ao lidar com alunos com deficiência, é essencial ir além de abordagens que focam apenas na transmissão de informação, promovendo ambientes onde os estudantes possam se envolver, explorar, questionar e desenvolver seu conhecimento.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A educação inclusiva baseia-se na crença de que cada aluno tem o direito de fazer parte do sistema educacional, independentemente de suas particularidades. Essa visão marca uma transformação em relação aos modelos educativos que segregam, pois sugere que as instituições de ensino devem se estruturar para acolher a diversidade presente em seu meio. Assim, o aluno com deficiência deixa de ser visto apenas como alguém que deve se ajustar às condições já estabelecidas e é reconhecido como um indivíduo com direitos, apto para aprender e crescer. Como relatado por Brasil:

> A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, determina que a educação é um direito universal, devendo fomentar o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o tanto para a cidadania quanto para o mercado de trabalho (Brasil, 1988).

Esse fundamento é essencial para a educação inclusiva, pois garante que o acesso ao saber não deve ser restringido pela presença ou ausência de deficiência. A Lei nº 9.394/1996, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também garante apoio educacional para alunos com deficiência. No entanto, apenas proporcionar o acesso à escola não é suficiente para assegurar a inclusão. É fundamental que sejam desenvolvidas condições didáticas que permitam a verdadeira participação desses alunos. Nesse sentido, Mantoan (3003) argumenta que: “A inclusão implica uma transformação da escola, de modo que esta possa

acolher a diversidade e superar práticas baseadas na classificação e na seleção dos estudantes".

A autora contribui para compreender que a dificuldade de aprendizagem não deve ser atribuída automaticamente à deficiência, pois as condições oferecidas pela escola podem facilitar ou dificultar a construção do conhecimento. Essa perspectiva é importante para a análise das estratégias de ensino, pois permite compreender que uma metodologia que funciona para determinado estudante pode não apresentar os mesmos resultados para outro. Portanto, o professor precisa observar as características individuais e utilizar diferentes recursos e procedimentos pedagógicos.

> A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que cabe ao poder público assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem às pessoas com deficiência. O artigo 28 determina a adoção de medidas que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, incluindo recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas (Brasil, 2015).

A legislação, assim, enfatiza que a inclusão deve se manifestar em várias dimensões. Apenas inserir um aluno com deficiência em uma turma regular não é suficiente se os recursos, a comunicação, os métodos de ensino e os processos de avaliação permanecerem inacessíveis. A verdadeira inclusão requer a remoção dos obstáculos que limitam ou dificultam a participação do estudante.

Sassaki (2009) enfatiza que a inclusão social envolve a reformulação dos ambientes e das práticas sociais, visando permitir a participação de todos. No âmbito educacional, isso implica que a escola precisa ajustar suas estruturas e métodos para atender à variedade de perfis dos alunos.

Nesse sentido, é viável questionar a visão clássica de adaptação, na qual apenas o estudante deveria se alterar para se alinhar à escola. No enfoque inclusivo, o que acontece é exatamente o inverso: a instituição educacional também deve ajustar suas metodologias, seus materiais e sua estrutura para assegurar a aprendizagem.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1997) oferece importantes contribuições para compreender o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais e da mediação cultural. Assim, as interações estabelecidas no ambiente escolar podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes.

Vygotsky (1997), ao analisar a educação de pessoas com deficiência, chama a atenção para a necessidade de superar uma visão centrada exclusivamente nas limitações orgânicas. Para o autor, é necessário considerar as possibilidades de desenvolvimento construídas a partir das relações sociais e dos instrumentos culturais disponíveis.

Essa concepção apresenta implicações importantes para a prática docente. Se o professor considera apenas aquilo que o estudante não consegue fazer, pode limitar suas oportunidades de aprendizagem. Entretanto, quando identifica suas potencialidades e oferece mediações adequadas, cria condições para que novas capacidades sejam desenvolvidas.

Dessa forma, o papel do educador vai além da simples entrega de informações. O professor deve funcionar como um facilitador, elaborando experiências de aprendizado em que os estudantes possam se relacionar com seus pares, empregar variados recursos e gradualmente fortalecer sua independência.

Freire (1996) também participa dessa discussão ao advogar por uma abordagem educacional que privilegie o diálogo, a valorização dos conhecimentos dos alunos e a promoção da autonomia. De acordo com o autor, o ato de ensinar demanda a compreensão de que os alunos trazem consigo saberes e vivências que devem ser levados em conta na educação.

Ao aplicar essa visão à educação inclusiva, torna-se evidente que o educador deve enxergar o aluno com deficiência como um participante ativo, e não apenas como alguém que recebe cuidados. A abordagem pedagógica deve oferecer chances para que esse aluno tome parte nas decisões, realize atividades, compartilhe suas opiniões e construa seu aprendizado.

Estratégias Pedagógicas para Favorecer a Aprendizagem

As abordagens pedagógicas são métodos empregados pelo educador para estruturar e facilitar o aprendizado. Para alunos com deficiência, é fundamental que essas abordagens levem em conta as diversas maneiras de se comunicar, interagir e desenvolver o conhecimento. Dentre as abordagens que podem ser empregadas, ressaltam-se:

- Emprego de materiais tangíveis e que podem ser manuseados;
- Elementos gráficos e fotografias;
- Tarefas práticas;
- Atividades lúdicas educativas;
- Tecnologias de apoio.
- Meios digitais;
- Aprendizado em grupo
- Atividades em grupos reduzidos;
- Adaptação das práticas profissionais;
- Interação alternativa

O emprego desses recursos, no entanto, não deve ser feito apenas por causa da deficiência do aluno. É fundamental reconhecer qual obstáculo está afetando seu aprendizado e escolher o recurso que pode ajudar a superá-lo.

Moran (2018) enfatiza a relevância de abordagens que coloquem o aluno em uma postura mais proativa em relação ao aprendizado. Essa perspectiva se

conecta à educação inclusiva, pois métodos participativos proporcionam diversas maneiras de engajamento dos estudantes nas tarefas.

Por outro lado, é fundamental não assumir que uma metodologia rotulada como “inovadora” seja, por definição, inclusiva. Uma atividade pode ter alta tecnologia e ainda assim dificultar o aprendizado de alguns alunos. Assim, a inclusão está relacionada à acessibilidade e à relevância pedagógica, e não apenas à originalidade da ferramenta empregada.

Dessa forma, as abordagens pedagógicas precisam ser escolhidas de forma cuidadosa, levando em conta as metas de aprendizagem, as particularidades dos alunos e as circunstâncias específicas da instituição de ensino. O educador deve monitorar constantemente a eficácia das metodologias empregadas e efetuar ajustes sempre que for necessário.

Assim, a educação inclusiva vai além de um conjunto de métodos voltados especificamente para alunos com deficiência. É uma abordagem educacional que demanda transformações na forma como se entende o ensino, a aprendizagem, a avaliação e as interações dentro do espaço escolar.

A atuação pedagógica com estudantes com deficiência requer do educador um cuidadoso planejamento, adaptabilidade e a habilidade de empregar variadas abordagens de ensino. A variedade presente nas turmas comprova que não há uma única metodologia que atenda às demandas de todos os alunos. Dessa forma, a prática inclusiva precisa levar em conta as particularidades, interesses, habilidades e estilos de aprendizagem de cada estudante.

A legislação brasileira voltada para a inclusão determina que as autoridades devem garantir oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizado, incorporando ações tanto individuais quanto coletivas que promovam o progresso acadêmico e social de alunos com deficiência.

O Ministério da Educação recomenda que os educadores da educação regular, em colaboração com os especialistas em educação especial, desenvolvam abordagens pedagógicas e metodológicas que promovam a aprendizagem e a inclusão dos alunos no ambiente escolar.

Uma das abordagens mais significativas é ajustar as atividades conforme as necessidades do aluno. Adaptar uma atividade não implica, necessariamente, em reduzir sua complexidade ou eliminar conteúdos essenciais, mas sim em alterar a maneira como o conhecimento é compartilhado e como o aluno pode expressar o que aprendeu.

A adaptação pode incluir alterações no tamanho das fontes, na quantidade de informações, no tempo disponível para a execução, além do uso de imagens, objetos físicos, recursos sonoros, métodos de comunicação alternativos ou diversas maneiras de registro.

“A LBI determina a importância de assegurar o acesso ao currículo em igualdade de condições, assim como a realização de adaptações apropriadas e a implementação de ações tanto individuais quanto coletivas” (Brasil, 2015).

O conteúdo elaborado pelo MEC voltado para a educação inclusiva traz ilustrações práticas dessas alternativas, como recursos em Braille, áudio ou em fontes maiores, além da modificação de objetos, móveis, conteúdos e exercícios.

Análise crítica: é essencial questionar a concepção de que adaptar equivale a "simplificar" o ensino. A adaptação pedagógica deve ser vista como uma estratégia para assegurar a acessibilidade do currículo. Ao alterar um recurso para possibilitar que o aluno acesse o mesmo conteúdo, o educador não está limitando suas oportunidades de aprendizado; está removendo um obstáculo que poderia restringir sua participação.

Utilização de Recursos Visuais e Materiais Concretos

Os recursos visuais e materiais tangíveis são ferramentas essenciais para facilitar a compreensão dos conteúdos. Elementos como imagens, objetos, gráficos, mapas, cartões, modelos, jogos e itens manipuláveis podem tornar a apresentação de conceitos abstratos mais clara e acessível.

Essa abordagem pode ser especialmente útil quando o aluno enfrenta desafios ligados à compreensão apenas verbal ou textual. Contudo, é fundamental que seu emprego esteja alinhado aos objetivos educacionais da tarefa, para que os recursos não se tornem meros adornos.

O MEC sugere várias opções de inclusão que envolvem diferentes tipos de acessibilidade, incluindo áudio, Braille, letras com tamanhos ampliados e materiais modificados. Isso evidencia a importância de alinhar os recursos educativos às particularidades e exigências dos alunos.

As tecnologias assistivas são uma ferramenta crucial para promover a inclusão na educação. Elas têm o potencial de melhorar a comunicação, facilitar a mobilidade, garantir o acesso ao material didático e aumentar a independência dos alunos.

Entre as ferramentas que podem ser empregadas, estão incluídos programas de leitura de tela, teclados modificados, dispositivos de comunicação assistiva, ampliadores de display, conteúdos digitais acessíveis e diversas outras ferramentas que possibilitam ao aluno se engajar com o contexto educacional. "A LBI estabelece a necessidade de implementar tecnologias assistivas e incentiva a investigação de novas abordagens, técnicas de ensino, materiais educativos, dispositivos e tecnologias que promovam a inclusão" (Brasil, 2015).

O Ministério da Educação também ressalta a importância da tecnologia assistiva como um dos pilares das diretrizes atuais para a educação especial inclusiva. Em 2026, a instituição começou a oferecer cadernos pedagógicos dedicados a métodos inclusivos e ao uso de tecnologia assistiva.

Avaliação crítica: a tecnologia, por si só, não assegura a inclusão. Um dispositivo avançado pode falhar em gerar resultados se não estiver alinhado às necessidades do aluno ou se o professor não tiver a capacitação adequada para manuseá-lo. Assim, é fundamental integrar a tecnologia com um planejamento pedagógico eficaz e monitorar o desenvolvimento do aprendizado.

A aprendizagem em conjunto é uma abordagem que promove a interação entre os alunos. Através de atividades em pares ou em grupos, os estudantes têm a oportunidade de trocar saberes, vivências e diversas maneiras de resolver desafios.

Essa abordagem ajuda a ultrapassar uma perspectiva isolada do aprendizado, onde cada estudante executa as tarefas de maneira solitária. A colaboração com os companheiros pode beneficiar não só a assimilação de conteúdos acadêmicos, mas também o fortalecimento das interações sociais.

O MEC enfatiza que a inclusão precisa abranger não apenas o educador especializado, mas também os professores responsáveis, diretores, equipe administrativa e colegas de classe, sublinhando a importância da cooperação e do trabalho conjunto para uma inclusão real.

As abordagens ativas de ensino podem ajudar a aumentar o envolvimento dos alunos na jornada de aprendizagem. Através de projetos, solução de desafios, jogos educativos, experiências práticas, pesquisa e trabalho em grupo, é possível oferecer chances para que os alunos se envolvam de forma mais interativa.

Moran (2018) ressalta a relevância de abordagens que incentivem um papel mais ativo dos alunos. Sob uma ótica inclusiva, essa ideia pode ser expandida para contemplar diversas maneiras de envolvimento, possibilitando que cada estudante aporte de acordo com suas habilidades.

Porém, é imprescindível fazer uma avaliação crítica. Não se pode assumir que toda metodologia ativa é, por definição, inclusiva. Uma atividade que se fundamenta apenas em leitura e escrita, por exemplo, pode tornar a participação de um aluno que necessita de recursos de acessibilidade mais desafiadora. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um recurso fundamental para promover a inclusão. No entanto, não deve ser visto como um substituto para a educação que ocorre nas turmas regulares.

As diretrizes mais recentes do MEC enfatizam que o AEE deve funcionar de forma complementar e adicional ao processo educacional, integrando-se às demandas de aprendizado dos alunos.

A cooperação entre o docente da turma regular, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a equipe de administração e os familiares pode ajudar na identificação de obstáculos e na criação de estratégias de ensino mais apropriadas.

PROCESSO METODOLÓGICO

Para a elaboração deste artigo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, centrando-se na análise das estratégias de ensino aplicadas no processo educativo de estudantes com deficiência. A opção por essa abordagem se fundamenta na importância de entender, com base na literatura científica e em documentos normativos, os diversos elementos que envolvem as práticas pedagógicas inclusivas e as oportunidades de atuação do professor no ambiente escolar.

A investigação qualitativa revela-se apropriada quando o objetivo é entender fenômenos educacionais levando em conta seus significados, características e particularidades. Segundo Minayo (2014), essa forma de pesquisa lida com um conjunto de significados, intenções, desejos, valores e comportamentos que não podem ser simplificados apenas por meio da mensuração de variáveis quantitativas. Nesse contexto, a abordagem escolhida permite examinar as estratégias pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência, considerando a complexidade das interações presentes no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à Educação Especial, Educação Inclusiva, práticas pedagógicas, formação docente e estratégias de ensino. Gil (2019) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador conhecer diferentes contribuições teóricas relacionadas ao problema investigado.

A pesquisa bibliográfica foi organizada mediante a seleção de produções acadêmicas relacionadas aos seguintes eixos: educação inclusiva; alunos com deficiência; estratégias de ensino; práticas pedagógicas inclusivas; tecnologias assistivas; adaptação curricular; avaliação inclusiva; formação de professores e Atendimento Educacional Especializado.

Para fundamentar a discussão, foram considerados autores que apresentam contribuições relevantes para a compreensão da inclusão e da aprendizagem, entre eles Mantoan, Vygotsky, Sassaki, Freire, Moran e outros estudiosos da área, além de documentos legais brasileiros, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 e documentos orientadores da Educação Especial.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O exame dos dados desta investigação foi efetuado com base nas informações extraídas de publicações científicas e documentos oficiais que tratam da educação inclusiva e das metodologias de ensino aplicáveis a estudantes com deficiência. A análise teve como objetivo destacar as estratégias pedagógicas principais mencionadas pelos autores, além de entender suas contribuições, restrições e potencial de implementação no ambiente escolar.

A avaliação do conteúdo escolhido possibilitou estruturar a discussão em diversas categorias: ajuste e adaptação das atividades; emprego de recursos pedagógicos e tecnológicos; metodologias dinâmicas; colaboração na aprendizagem; avaliação acessível; Atendimento Educacional Especializado e a formação contínua dos educadores. Essas categorias foram confrontadas com os fundamentos da educação inclusiva, com o objetivo de entender como as estratégias podem favorecer a participação e o aprendizado dos alunos. As investigações realizadas mostram que modificar as atividades é uma das abordagens mais eficazes para

melhorar a inclusão de estudantes com deficiência. Essas adaptações podem envolver mudanças nos materiais, nas orientações, no tempo disponível para a execução das tarefas, nas maneiras de comunicação e nos métodos empregados para avaliar o aprendizado.

A Lei Brasileira de Inclusão determina que as instituições de ensino precisam garantir recursos e estratégias que favoreçam a inclusão e o aprendizado de pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Dessa maneira, a adaptação não deve ser vista como uma limitação das oportunidades do aluno, mas sim como um meio de remover obstáculos que impedem seu acesso ao conteúdo curricular.

Mantoan (2003) propõe uma mudança nas abordagens educacionais com o objetivo de que as instituições de ensino consigam atender à variedade de seus alunos. A autora critica métodos que buscam uniformizar os processos de aprendizagem e enfatiza a importância de reconhecer as divergências entre os estudantes.

Examinar essas opiniões possibilita questionar a crença de que modificar uma atividade implica, obrigatoriamente, em simplificá-la. A adaptação educativa não deve reduzir as expectativas em relação ao aluno, mas sim oferecer diversas alternativas para que ele possa alcançar o conhecimento. Assim, é fundamental que o educador reconheça a barreira presente e escolha uma abordagem que consiga vencê-la.

Essa visão converge com a abordagem de Vygotsky (1997), que argumenta que o progresso de indivíduos com deficiência não deve ser avaliado apenas com base em suas restrições. Ele enfatiza o papel fundamental das interações sociais e culturais no crescimento humano. Portanto, disponibilizar ferramentas e métodos apropriados pode expandir as oportunidades de aprendizado.

Uma categoria identificada na análise diz respeito ao uso de materiais educativos e tecnologias de apoio. Esses instrumentos podem ajudar a expandir as oportunidades de comunicação, interação e acesso aos conteúdos acadêmicos.

A Lei nº 13.146/2015 determina a obrigatoriedade de oferecer recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, além de métodos pedagógicos que promovam a inclusão no ambiente educacional (Brasil, 2015). Assim, os recursos tecnológicos podem desempenhar um papel educativo significativo quando empregados de forma adequada.

No entanto, o exame dos referenciais revela que a mera existência da tecnologia não assegura a inclusão. Um recurso tecnológico pode se tornar ineficaz se não atender às demandas do aluno ou se o educador não tiver a capacitação necessária para operá-lo.

Moran (2018) ressalta a importância de metodologias que favoreçam maior participação e protagonismo dos estudantes. Entretanto, essa contribuição precisa ser interpretada criticamente no contexto da deficiência. Uma metodologia pode favorecer a participação de determinados alunos e, ao mesmo tempo, criar barreiras para outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu entender que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas é essencial para assegurar aos alunos com deficiência o direito à educação, à participação e ao desenvolvimento de suas habilidades. A revisão da literatura indicou que a inclusão escolar vai além da simples matrícula e presença do aluno na escola convencional; é fundamental promover alterações nas abordagens pedagógicas, nos recursos empregados, nas metodologias de avaliação e na estrutura do ambiente educacional.

O objetivo principal deste estudo foi examinar as principais abordagens de ensino que são empregadas no trabalho pedagógico com alunos que possuem deficiência. Observou-se que várias táticas podem beneficiar o processo de ensino e aprendizagem, como a adaptação e flexibilidade das atividades, o uso de recursos visuais e materiais concretos, tecnologias assistivas, metodologias ativas, cooperação na aprendizagem, avaliações inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado. Contudo, os resultados da análise indicaram que nenhuma dessas abordagens deve ser utilizada de forma uniforme, pois cada aluno possui características, necessidades, vivências e potencialidades únicas.

Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao professor. A escola precisa estabelecer uma ação coletiva envolvendo gestão escolar, professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, família e comunidade. A inclusão constitui, portanto, uma responsabilidade institucional que exige planejamento, recursos, formação e compromisso de diferentes sujeitos.

A partir da análise realizada, pode-se afirmar que o principal desafio da educação inclusiva não está apenas em encontrar uma metodologia específica para cada tipo de deficiência, mas em construir uma escola capaz de reconhecer a diversidade e oferecer diferentes possibilidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Fundamentos de defectología.** Madrid: Visor, 1997.